

Abrindo as torneiras

O anúncio da liberação de Cr\$ 1,3 trilhão para os ministérios dos Transportes, Ação Social, Agricultura e Secretaria de Desenvolvimento Regional coincide com o primeiro aniversário da gestão de Marcílio Marques Moreira à frente do Ministério da Economia, justo quando o ministro — embora saudado por ter restabelecido a confiança dos agentes econômicos na ação governamental — recebe duras críticas pela sua austeridade. A medida agora anunciada deve ser saudada porque representa injeção de recursos em vários setores essenciais, com reflexos positivos na economia, especialmente no que toca ao nível de emprego. O que se espera é que esta entrada de dinheiro não tenha repercussões no nível da inflação.

A grande equação que tem de ser desvendada pelos brasileiros, hoje, é sobre a quase impossível compatibilização entre a necessidade urgente que o País tem de voltar a crescer e a também inadiável necessidade de derrubar verticalmente os índices inflacionários. É isso que parece ter ditado esta última ação do Governo. Para os economistas oficiais, recursos como os agora liberados não farão em demasia os indicadores, porque o País estaria no fundo do poço da recessão.

Cada liberação de recursos públicos, num tempo de vacas magras como o atual, suscita, de outro lado, o debate sobre a sua destinação. Em época de dinheiro curto, as metas têm de ser mais setorizadas. O Brasil, nos anos do milagre econômico, desperdiçou boa parte dos

emprestimos obtidos no exterior em obras desimportantes, quando não totalmente dispensáveis. Agora, isso seria inconcebível. O dinheiro tem de gerar empregos e progresso, imediatamente.

Este debate, sobre qual o melhor uso do dinheiro público em tempo de penúria — que já existe de forma desarticulada na sociedade nacional, seja nas universidades, entidades patronais ou de trabalhadores, jornais e no Parlamento —, vai ocupar três dias inteiros dos 100 principais executivos do Governo, que, no próximo final de semana, estarão reunidos aqui em Brasília, a portas fechadas, com o presidente Fernando Collor de Mello. O que o Presidente da República espera deste evento é que sejam estabelecidas as mais urgentes dentre as prioridades nacionais, a fim de que se possa traçar a melhor estratégia para cumpri-las rapidamente.

A meta da atual administração tem sido a modernização do País. Para tanto, Fernando Collor de Mello tem centrado suas baterias na derrubada de velhas práticas políticas e econômicas — demagógicas umas, xenófobas outras, arcaicas todas — que impedem o salto que o Brasil tem de dar para não ficar, definitivamente, como o País do futuro. Na verdade, já existem muitos diagnósticos sobre os pontos de estrangulamento da vida nacional, o que parece faltar ao Governo, principalmente ao Parlamento, é a agilidade necessária para implantar as reformas na velocidade que a crise está a exigir.